

Ocupações de escravos no Brasil na primeira metade do século XIX: um exame da autobiografia de Luiz Gama

Mauro Lourenço Rodrigues da Silva¹

Resumo: Este artigo aborda as ocupações exercidas pelos escravos urbanos no Brasil da primeira metade do século XIX. Toma como fonte primária uma carta autobiográfica de Luiz Gama (1830 – 1882), escravo, rábula, orador, jornalista, copista, militar, poeta e militante do abolicionismo. Tem como objetivo examinar algumas ocupações exercidas por escravos e ex-escravos no Brasil da primeira metade do XIX. No tratamento dos dados foi adotada a metodologia de análise documental proposta pelo professor Francisco José Alves na oficina de fontes históricas (2016). Na abordagem foi utilizado o conceito de autobiografia formulado pelo linguista Paulo Roberto Costa (2009). O aporte efetuado mostrou a pluralidade de ocupações exercidas pelos escravos urbanos na época, destacando-se: pajem, copeiro, cozinheiro, sapateiro e militar. O resultado obtido leva-nos a concluir que a trajetória de Luiz Gama não foi de todo excepcional, o abolicionista exerceu funções comuns a outras pessoas de sua condição naquela época.

Palavras chave: Luiz Gama; Ocupações de escravo; Escravidão urbana.

¹ Discente do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: MauroIrsilva@gmail.com

1. Introdução

Este artigo tem como objeto a carta autobiográfica do abolicionista Luiz Gama ao seu amigo Lúcio de Mendonça. O objetivo é examinar algumas ocupações exercidas por escravos e ex-escravos no Brasil da primeira metade do XIX, tomando como base o documento de Luiz Gama.

Na abordagem, seguiremos o seguinte roteiro: identificação do gênero, breve biografia do autor e exame das ocupações exercidas.

2. O autor, a época e o documento

2.1 O autor

O autor da fonte que estamos examinando é Luiz Gonzaga Pinto da Gama. Gama foi rábula (espécie de advogado autodidata), orador, jornalista, copista, militar, poeta e militante do abolicionismo.

Nasceu em Salvador, em 21/06/1830. Era filho de uma negra livre, Luisa Mahin, e de um fidalgo português, membro de uma das principais famílias da Bahia.

Luiz Gama não nasceu escravo, pois era filho de pais livres. Todavia, aos dez anos é vendido como tal pelo próprio pai. A negociação foi feita a bordo do “saraiva”, que levou Luiz Gama de Salvador até o Rio de Janeiro. Ao chegar ao Rio, Gama foi levado até a casa de um comerciante de nome Vieira, e lá recebeu alguns cuidados de sua família. Apenas alguns dias depois foi novamente negociado, desta vez com um Alferes (patente militar que se refere a oficiais subalternos) de nome Antônio Pereira Cardoso.

O comerciante levou o “lote” de escravos, no qual estava incluído Luiz Gama, até São Paulo, para venda. Porém, dada a procedência baiana dos escravos, os compradores recusavam o negócio. Esta estigmatização dos escravos baianos é mais percebida pós a revolta malê, quando criou-se a ideia de que os escravos baianos eram insubordinados.

Não tendo sido vendido, foi levado de volta à casa do negociante, e lá, ainda na infância, começa a aprender os ofícios destinados aos escravos. Luiz Gama foi treinado nos ofícios de copeiro, sapateiro, lavador, engomador de roupa e costureiro.

Já aos 17 anos, Luiz Gama conhece um personagem que seria determinante em sua vida. Um hóspede da casa de seu proprietário, Antônio Rodrigues do Prado Júnior. Estudante

de Direito, tornou-se amigo de Gama e ensinou-o a ler e escrever. Não é difícil supor que o letramento foi um marco na vida do nosso autor. Prova disso é que apenas um ano após aprender as primeiras letras, Luiz Gama consegue obter provas de sua condição de não escravo.

A essa altura, já aos dezoito anos, a vida do nosso protagonista ganha contornos dignos de roteiro de cinema. Gama revela em sua carta que foge de seu cativeiro e vai “assentar praça”, expressão que representa o que hoje é o ingresso no serviço militar.

O curioso é que, mesmo com provas incontestáveis de sua liberdade, Luiz Gama precisa fugir da casa do alferes Pereira Cardoso.

Sua carreira militar tem duração de seis anos (1848-1854), tendo chegado a cabo de esquadra (patente já obsoleta que na época era superior ao ancespeçada e inferior ao furriel). O motivo de sua baixa foi, segundo ele, insubordinação, por ter ele discutido com um oficial, fato que lhe rendeu uma prisão por mais de um mês. Foi em seu tempo como militar que Luiz Gama desenvolveu competência em outro ofício: o de copista. Serviu de escrivão para autoridades policiais até ser nomeado amanuense da secretaria de polícia, ofício que exerceu por doze anos (1856-1868) e que, sem dúvida, lhe rendeu conhecimento e influência no meio jurídico, além de permitir aperfeiçoar sua escrita.

Neste período Luiz Gama inicia sua produção literária. Em 1859 publica o seu livro de poesias, *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino*. Esta obra traz seu célebre poema “Quem sou eu”, também conhecido como “A Bodarrada”. Nele, o poeta, com toda a irreverência que lhe é característica, defende o protagonismo do negro no Brasil Império. Ao admitir no poema que também era bode (termo pejorativo usado para ridicularizar os negros), Gama tornou-se o primeiro escritor brasileiro a assumir explicitamente sua identidade negra. É assim, considerado o fundador da literatura de militância dos negros no Brasil.

Além de escrever poesias, Luiz Gama foi, como já dissemos, jornalista e editor. Assim, em 1864, em parceria com Ângelo Agostini, edita, em São Paulo, um dos primeiros e mais importantes jornais ilustrados da época: *O diabo coxo* (1864-65). Este jornal, além de marcar a história do jornal no Brasil, propagou, com a irreverência característica dos autores, críticas ao regime monárquico. Ambos os autores compartilhavam dos ideais republicanos e usavam o jornal para difundi-los.

Luiz Gama também participou da criação dos jornais *O cabrião* (1866), *O radical paulistano* (1869), *O polichinelo* (1876) sendo o primeiro, também editado em parceria de Ângelo Agostini e Américo Campos.

Dentre os assuntos mais abordados pelo Cabrião estavam a guerra do Paraguai e as fragilidades do Império. Através destes jornais Luiz Gama obteve visibilidade e espaço apropriados para difundir suas ideias. Fez amizades com importantes figuras políticas e intelectuais da época, tais como Ruy Barbosa (1849 – 1923), Joaquim Nabuco (1849-1910), Raul Pompeia (1863 – 1895) e Lúcio de Mendonça (1854 – 1909).

Nos anos de 1870, Luiz Gama, já maduro e com uma fama consolidada, luta em defesa principalmente da população escrava. Atua como advogado dos escravos que pleiteavam liberdade. Uma das teses de que se valia nas defesas era de que todos os escravos ingressos ilegalmente no Brasil, pós 1950, eram livres por Lei. Além desta, Gama utilizava a tese de que qualquer crime praticado por um escravo contra seu senhor era legítima defesa.

Nesta mesma época, em 1873, Gama foi um dos membros fundadores do PRP (partido republicano paulista), porém, não permaneceu filiado por muito tempo. Para ele, era inconcebível um partido republicano ter como membros fazendeiros escravistas.

Já nos anos de 1880, Luiz Gama enfrenta uma longa doença. Vindo a falecer no dia 24 de agosto de 1882, em São Paulo. Seu enterro, narrado por Raul Pompéia¹ em detalhes, foi considerado um dos maiores acontecimentos da cidade de São Paulo até então. O cortejo reuniu milhares de pessoas que, segundo a publicação do jornalista, brigavam pela honra de carregar o caixão. Luiz Gama faleceu sem ver suas maiores ambições. A abolição e a Proclamação da República.

Postumamente, além dos institutos e grupos culturais que levam seu nome e se encarregam de manter viva sua memória, Luiz Gama foi homenageado com um busto esculpido em pleno largo do Arouche, em São Paulo, em 1930, e recentemente, em 2015, recebeu o título de Advogado pela OAB, por sua atuação no âmbito jurídico e social brasileiro.

2.2 A época

Seguindo cronologicamente os relatos na carta autobiográfica, o primeiro momento relevante é o do nascimento de Luiz Gama. Isto ocorreu em 1830, no último ano do reinado de D. Pedro I que abdicaria o trono em favor do herdeiro Pedro II. O contexto do período é de grande turbulência política e social. Os dez anos seguintes, que coincidem com a infância de Gama, compõem o período regencial. Nesta época ocorreram diversas revoltas locais que representavam a insatisfação de grupos sociais com as condições de vida e as incertezas políticas. Uma delas inclusive, a Sabinada, é citada na carta autobiográfica de Gama. Um outro aspecto do período é a promulgação a lei de Feijó, que proibia a importação de escravos, embora ela nunca tenha surtido os efeitos esperados.

Outra data importante evocada no documento é 1840, ano no qual Luiz Gama é negociado como escravo pelo pai. Naquela década, Pedro II assume o trono e tentava consolidar o poder imperial. Neste período, a polarização política em torno dos partidos conservador e liberal se acirrou, a pressão inglesa pelo fim da escravidão também se intensificou e culminou com a extinção do tráfico através da lei Eusébio de Queirós.

Os anos de 1850 a 1870 são outros marcos evocados no documento. Em 1854, Gama sai do exército onde havia ingressado em 1848, e inicia sua carreira como escrivão da polícia e jornalista. O Brasil neste período é marcado principalmente pela Guerra do Paraguai. O conflito durou seis anos, 1864-1870, e envolveu quatro países: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Particularmente no Brasil, a guerra representou o início do desgaste do poder imperial e deu força, nas décadas seguintes, aos projetos republicanos.

Nos anos 1870 o movimento republicano começa a tomar contornos, a escravidão torna-se um problema cada vez maior para o Império e as consequências da guerra seguem sendo sentidas. O movimento abolicionista também ganha força, tendo entre os seus protagonistas o personagem aqui estudado. Na década de 1870 Luiz Gama já despontava no cenário da imprensa e nos tribunais criticando a monarquia e defendendo as ideias da abolição e da república. É nesta década, em 1871, que a lei do ventre livre é promulgada.

Por fim, a década de 1880 marca tanto a data de produção do documento aqui analisado como também a morte do seu autor, em 1882. Luiz Gama, já bastante maduro e que havia obtido reconhecimento público por sua trajetória, morre antes de ver concretizar suas maiores ambições: a abolição e proclamação da república.

2.3 O documento

O documento aqui examinado é uma carta de teor autobiográfico do abolicionista Luiz Gonzaga Pinto da Gama que tem como destinatário seu amigo, o jornalista Lúcio de Mendonça.

A autobiografia enquanto gênero textual é definida pelo dicionário Michaelis² como uma narração da vida de uma pessoa, escrita por ela própria. Por sua vez, o Dicionário de gêneros textuais, de Paulo Roberto Costa define este gênero como “uma prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, acentuando a vida individual, em particular, sobre a história de sua personalidade.” (COSTA, p. 38, 2009).

Conforme este mesmo estudioso, a autobiografia se distingue do romance pelo fato de que na primeira o autor pretende contar fatos enquanto no romance o autor narra ficções. Ou seja, a autobiografia se supõe um discurso verídico. Por fim, outro aspecto característico das autobiografias segundo o linguista Paulo Roberto Costa é a coincidência entre autor e narrador e do narrador com a personagem principal. Como visto, a carta escrita por Luiz Gama apresenta essas características.

O gênero autobiográfico existe há muito tempo na civilização ocidental. Um dos mais antigos exemplares deste gênero é o livro *Confissões* de Santo Agostinho publicado nos fins do século IV. Em 1782, Jean Jacques Rousseau publica sua autobiografia também com nome *Confissões*. Neste mesmo período Benjamin Franklin, proeminente norte americano, escreve sua autobiografia. A obra é publicada postumamente, em 1793, e não pode ser finalizada.

Hoje em dia, a autobiografia continua sendo um gênero muito cultivado, cada vez mais pelas personalidades contemporâneas publicam textos autobiográficos que, por sua vez, são consumidos pelo público. Como exemplo podemos citar casos famosos como Barack Obama (1994), Nelson Mandela (1995), José Saramago (2006), Malala (2013), Jô Soares (2017), entre outros.

3. As atividades laborais dos escravos urbanos

3.1 A prestação de serviços e os ofícios domésticos

No documento, Luiz Gama noticia os ofícios que exerceu durante seu tempo como escravo. São elas: pajem (l.53), copeiro, sapateiro, lavador, engomador roupa e costureiro (l. 58).

Vejamos a natureza de cada uma dessas ocupações.

O “pajem” designa o “acompanhante ou cuidador ou, segundo dicionário de época: criado de acompanhar pessoas nobres. Moço de acompanhar, de levar recados”. Geralmente era exercido pelos escravos mais jovens que eram incumbidos de auxiliar na criação dos filhos dos senhores.

Para ilustrar, vejamos alguns anúncios de escravos pajens publicados em jornais de Pernambuco e do Rio de Janeiro. O Diário de Pernambuco do dia 02 de Setembro de 1840, na área destinada a venda, anunciava: *Um escravo molato, de bonita figura, optimo para pagem; na rua larga do Rozario D 6.*³

Da mesma forma, O Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, noticiava na edição do dia 16 de maio de 1843: *Vende-se um moleção de 16 anos próprio para o officio ou pagem; na rua dos Pescadores n. 67.*⁴ Este mesmo jornal, desta vez na edição do dia 01 de maio de 1845, exibia: *Na rua Nova do livramento n.18, sobrado, vende-se um bonito pardinho com 14 anos annos de idade, proprio para pagem, com principio de alfaiate, sem vicios, nem molestias.*⁵

Copeiro, outro ofício mencionado na carta, de acordo com um dicionário de época é: “o que tem a seu cuidado a copa”. Copa, por sua vez, é a dependência de uma habitação contígua à cozinha, em que se guardam alimentos, louça etc. Geralmente possui uma mesa para refeições.

Os jornais da época também publicavam anúncios de escravos com essa ocupação. Como exemplo podemos citar um anúncio publicado no jornal O Correio Mercantil⁶, da Bahia, do dia 12 de maio de 1838: *“Vende-se um escravo ladino, optimo copeiro, e sofrível cozinheiro, e mui habil no serviço doméstico; quem o quizer comprar falle com João*

Fernandes Coelho. O termo *ladino* usado no anúncio referia-se ao escravo que já sabia falar português e conhecia o serviço ordinário da casa.

Outro anúncio⁷ deste mesmo periódico, na edição do dia 17 de agosto de 1838, anuncia venda de dois escravos: *Ângelo da Costa Ferreira, vende para fora da província, dois escravos Africanos, moços, e de boa figura: um, carpina, cozinheiro, e copeiro; outro mestre pedreiro e cozinheiro*. Neste anúncio fica clara a variedade de ocupações a que os escravos eram treinados.

Outra profissão mencionada por Gama é a de sapateiro. Na época o termo designa o fabricante e consertador de calçados. Era comum o termo oficial de sapateiro para se referir a estes profissionais. Como exemplo, podemos citar um anúncio publicado no jornal *Correio Mercantil* do dia 11 de Junho de 1838. Diz o texto: *Joaquim Antônio Nogueira, compra para fora da província dois escravos da Costa d'África de 18 á 23 annos de idade, sendo um official de sapateiro, e outro cozinheiro; quem os tiver para vender pode dirigir-se ao escritório dos Srs. Espinheira e Monteiro, Fonte dos Padres*.⁸

Outro anúncio publicado pelo *Jornal do Commercio* do dia 18 de Agosto de 1840 trazia: *Vende-se um preto de 20 annos de idade com princípios de pedreiro: e hum pardinho de 18 annos de idade, com princípios de boleiro, e trabalha de official de sapateiro, na rua da cadêa n. 98*.⁹O termo boleiro, usado no anúncio, se referia aos escravos responsáveis pelo trato dos cavalos de tração utilizados nas carroças, charretes, etc.

Por fim, as últimas três atividades em que Luiz Gama diz ter sido treinado são: lavador, engomador e costureiro. Todas facilmente identificáveis por se tratarem de ofícios ainda praticados atualmente. Ambas referem-se ao cotidiano doméstico e demonstram o caráter eclético das ocupações de um escravo desse setor.

Vejamos um anúncio de escravo com este ofício publicados no jornal *Diário do Rio de Janeiro* na edição do dia 01 de fevereiro de 1840: *Vende-se uma preta, boa engomadeira, lavadeira e cozinheira, não sendo a negociante de escravos; na rua da Misericórdia n.112, 2ªandar*.¹⁰Detalhe interessante deste anúncio é o fato do vendedor especificar que a venda destinava-se a quem não fosse negociante de escravos.

Além da venda, os escravos domésticos podiam também ser alugados para os mais diversos serviços em função de uma eventual falta de dinheiro do seu senhor. Deste modo, o

escravo passava a ser um gerador de renda. Eis o exemplo de um anúncio publicado no dia 09 de janeiro de 1840 no Jornal no Commercio: *Aluga-se huma preta para o serviço de porta a dentro, na rua do sabão n. 67.*¹¹

O fato de o anunciante generalizar as atividades que poderiam ser realizadas “porta a dentro” por sua escrava, indica que ela possivelmente teria sido treinada em mais de uma função, o que certamente a valorizava numa negociação.

Outros anúncios ainda traziam o valor e a forma de pagamento das negociações. É o caso deste, publicado no Diário do Rio de Janeiro dia 27 de julho de 1837: *Aluga-se huma preta que sabe lavar e cozinhar muito bem, seu último preço são 10\$000 rs. Pagos adiantados; na rua da Misericórdia n. 55.*¹²

Nesta mesma edição o jornal anunciava: *Aluga-se huma mocamba de muitos bons costumes, sabendo coser, engomar, e o mais serviço interior de huma casa, seu preço 10\$000 rs. Pagos adiantados; na rua da Princeza do Vallongo n. 29.*

Os escravos citadinos, citados por Luiz Gama, podiam, além das tarefas voltadas ao lar, se tornar farmacêuticos, barbeiros, lojistas, carpinteiros, comerciantes. Nestes casos, atuando fora dos limites do lar e conseqüentemente da visão do seu dono, os escravos experimentavam uma liberdade maior.

Esta pluralidade de ocupações dos escravos urbanos mostrada no testemunho de Luiz Gama e constatada nas publicações dos jornais da época é estudada pela historiografia. É possível divisar duas principais correntes interpretativas para este fenômeno.

A primeira, representada por autores como Katia Mattoso, Décio de Freitas, Luiz Carlos Soares, Marilene Nogueira da Silva, Mary Karasch, entre outros, entende, grosso modo, que essa grande variedade de ocupações que eram possíveis aos escravos urbanos, principalmente quanto a modalidade de trabalho no “ganho”, lhes garantia uma diferença determinante entre os escravos do campo. Vejamos os argumentos de cada autor.

Kátia Mattoso, na obra já citada, *Ser Escravo no Brasil*, ao comentar sobre os escravos urbanos afirma que: o fato deles circularem nas ruas entre os homens livres, executando as mais diversas tarefas longe do olhar do seu proprietário, o faz sentir menos prisioneiro da sua condição do que o escravo rural. (MATTOSO, 1990, p. 111)

Para autora, dos mesmos privilégios se favoreciam os escravos domésticos, que geralmente cresciam no seio da família do seu senhor que portanto tinha tratamento diferenciado dos demais.

Além destas particularidades, a mobilidade, social, econômica, cultural e até afetiva que possuíam os escravos urbanos são decisivas para que se suscite uma diferenciação entre outros cativos empregados em outros ofícios.

Outra pesquisadora que acompanha essa interpretação é Mary Karasch, na obra *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. Seu trabalho traça um rico perfil do escravo urbano e suas diferentes faces de interação social. A autora apresenta inúmeros exemplos da variedade de relações entre o senhor do escravo urbano, extremamente subjetiva, e confirma a variedade das ocupações que podiam ser exercidas pelos escravos da cidade, por exemplo: carregadores, tanto de mercadorias quanto de pessoas, estivadores nos portos e alfândega, responsáveis pelo saneamento e transporte de água ou dejetos, ajudantes de embarcações, remadores, timoneiros, operários fabris, funcionários de matadouros, artesãos, carpinteiros, pedreiros e inúmeras outras atividades. Grosso modo, os escravos eram responsáveis por qualquer tarefa que envolvesse trabalho braçal. (KARASCH, 2000, p. 259-291).

O argumento que, segundo a autora, diferencia o escravo urbano dos demais é a sua maior possibilidade de obter liberdade através das alforrias. A afirmação é confirmada pela análise estatística dos números referentes as alforrias no período. A conclusão é de que os escravos tinham maior probabilidade de obter a liberdade se pertencessem a homens ou mulheres, urbanos, de renda média, e menor chance, se fossem dos homens da elite rural. (KARASCH, 2000, p. 451).

Em outros trabalhos, como o de Décio de Freitas, a interpretação vai além da suposta existência de privilégios entre escravos urbanos e rurais, para ele, o sistema de ganho constituiu uma forma híbrida de trabalho escravo e trabalho assalariado. (FREITAS, 1976, p. 97 apud GORENDER, 1991, p.92).

Nesse caso, de acordo com a afirmação do autor, o nível de distinção do escravo urbano chegaria a praticamente romper o próprio status de escravo. Aproximando-o do que seria o embrião do trabalhador assalariado.

Há ainda interpretações mais ousadas como a de Marilene Nogueira da Silva. A autora concorda com a existência de uma “brecha assalariada” na escravidão de ganho. A ideia é a de

que existiria uma categoria de escravos cuja relação de trabalho era vinculada a pagamento de salários regulares. E mais, além dessa situação significar uma abertura ao capitalismo, foi um elemento de desagregação do sistema escravista. (SILVA, 1998, p. 117-118, 158 apud GORENDER, 1991, p.92).

Por outro lado, na segunda corrente interpretativa deste fenômeno, estão, principalmente, Jacob Gorender e Leila Algranti. Eles discordam da existência de privilégios entre as categorias de escravos urbanos e rurais e se contrapõem a essa diferenciação do ser escravo. Vejamos os argumentos de cada um.

Para Gorender, o argumento chave é que o escravismo foi essencialmente voltado para a produção comercial, e são, portanto as relações de produção que o definem. De modo que, os chamados escravos improdutivos (os domésticos por exemplos) existiram porque podiam ser sustentados pela renda extraída da enorme maioria dos escravos produtivos, das minas, engenhos e fazendas. O autor não deixa de reconhecer as particularidades quanto aos ofícios desenvolvidos e a importância de estudos sobre o assunto, porém garante que estas diferenças também existiam entre os “escravos produtivos” (GORENDER, 1991, p.90)

Ao abordar especificamente a questão do escravo de ganho, ele afirma que o ser escravo definia-se não pela atividade exercida (que até podia ser idêntica à de homens livres, a exemplo dos escravos artesãos, dos escravos feitores e dos mestres de açúcar), porém pela condição de propriedade semovente, de mercadoria humana. (GORENDER, 1991, p.92)

Por fim, conclui a argumentação negando as possibilidades do escravo de ganho como precursor do capitalismo. Para ele, as pesquisas até a época não permitem tal afirmação.

Por sua vez, Leila Algranti, ao se referir a escravidão urbana, principalmente sobre o escravo de ganho, argumenta que os pagamentos que esses escravos recebiam pelos serviços prestados têm somente a aparência de salário, sem que se extinga a relação escravista. (ALGRANTI, 1998, p.58-73 apud GORENDER, 1988, p.91)

Em suma, a historiografia não é unânime no que se refere à escravidão urbana. Parte a considera uma forma de dominação “privilegiada”, onde o escravo possuía maior liberdade e mais condições de livrar-se do cativeiro, podendo até mesmo haver uma relação salarial, enquanto, por outro lado, existem os que defendem a ideia de que, independente das condições peculiares que envolvem esta classe, não há distinção suficiente para que se afaste a condição de escravo nem mesmo a elevação entre uma categoria e outra.

3.2 O exército como destino possível aos escravos e ex escravos

Em nossa fonte (l. 63) Luiz Gama revela um dos destinos dos escravos fugitivos a época: o exército. Diz o texto: “Em 1848, sabendo eu ler e contar alguma coisa, e tendo obtido arditosamente e secretamente provas inconcussas de minha liberdade, retirei-me, fugindo, da casa do alferes Antônio Pereira Cardoso, que aliás votava-me a maior estima, e fui assentar praça. Servi até 1854, seis anos.”

No exército, Luiz Gama chegou a patente de a cabo de esquadra, isto é, o oficial subalterno responsável pelo comando de uma esquadra, superior ao soldado e ao anspeçada.

O caso de Luiz Gama não foi excepcional. De fato, muitos outros ex-escravos ou escravos fugitivos brasileiros procuraram abrigo no exército.

Contudo, a presença de escravos no exército brasileiro burlava a lei, pois na época, a instituição só admitia em suas fileiras homens livres. Isso era estabelecido na Constituição do Império, no artigo 145º, que restringia o ingresso somente a brasileiros. Ora, esta mesma constituição não incluía o escravo no rol dos brasileiros, segundo o artigo 6º.

Outro impedimento era a garantia do direito à propriedade, previsto nesta mesma constituição. O senhor de escravo poderia a qualquer tempo, com base neste direito, reclamar a posse de seu escravo que por ventura se encontrasse no exército. Dessa forma, para todos os efeitos, o acesso dos escravos ao exército estava vedado.

Contudo, na prática, ocorreram exceções. As principais delas foram: escravos que conseguiam o alistamento se passando por livres, falsificando documentos e ocultando sua condição; o recrutamento equivocado, quando os recrutadores não faziam a correta distinção entre homens de cor livres e escravos que circulavam na cidade; o recrutamento consciente do exército, em casos de necessidade de contingente.

Vejamos cada caso.

Temos notícia de alguns casos de escravos fugitivos que ingressaram no exército ilegalmente. Um estudo do brasilianista Hendrik Kraay identificou o caso de 276 escravos que ao longo do século XIX conseguiram ingressar no exército e alguns deles permanecer na instituição por algum tempo. Todavia, estes escravos foram identificados e reclamados por seus donos.

Um exemplo é o caso de Antônio de Moura, que em agosto de 1863 se alistou voluntariamente no 8º Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro, aquartelado em

Salvador. Apenas três meses após seu alistamento, enquanto acompanhava um capitão que tinha solicitado seus serviços, foi visto por José da Veiga Ornellas, que o reconheceu e acusou o capitão de ter acoitado a fuga de seu escravo. O desfecho do caso é desconhecido por falta de documentação.

Um outro caso é o do escravo André, que conseguiu ingressar no exército em duas ocasiões. Em 1870 e depois em 1873. Nas duas ocasiões ele terminou sendo re-escravizado.

Casos como estes guardam semelhanças com o caso de Luiz Gama. Ambos foram buscar no exército uma outra vida.

Para evitar o reconhecimento a maioria dos escravos abrigados no exército trocavam de nome, dificultando sua identificação. Esta era apenas uma das estratégias utilizadas para ocultar sua condição de cativo. Outra estratégia possível utilizada pelos escravos ingressados no exército era solicitar transferência para guarnições em províncias diferentes. Era uma forma que possuíam de manter o máximo de afastamento dos seus antigos senhores.

De fato, o escravo que fugia para o exército tinha o objetivo de encontrar uma instituição que o protegesse. Que blindasse sua condição de livre e assim impedisse o retorno ao cativeiro. É exatamente nesta situação que se enquadra Luiz Gama.

A segunda forma por meio da qual os escravos ingressavam no exército era através dos recrutamentos equivocados. Isto é, quando o recrutador não conseguia identificar a condição de livre ou escravo. Tal acontecia porque uma das formas de ingresso no serviço militar naquela época era através do sistema judicial, ou seja, o ingresso do recruta seria uma espécie de punição por algum pequeno delito. Consequentemente, a maioria destes recrutamentos recaía sobre os pobres livres, o que incluía uma parcela significativa da população de cor, na qual ficava difícil distinguir os escravos dos livres.

Hendrik Kraay nos fornece dois exemplos dessas ocorrências de recrutamento equivocado. O primeiro é o caso de Manoel Pereira de Santa Anna, um escravo que trabalhava como cacheiro de um estabelecimento comercial na cidade de Salvador e que foi preso por um grupo de recrutadores em 1868. Manoel só pode ser libertado após sua proprietária comprovar a posse diante das autoridades, que não se convenciam de que um escravo poderia exercer um ofício como o de cacheiro, que exigia habilidade de ler e escrever. O segundo exemplo é o de José Luís de Souza Reis, um lavrador do subúrbio de Salvador que foi recrutado pelo exército e posteriormente foi identificado como Felipe, escravo de Maria Theodora das Virgens.

Estes são apenas dois exemplos de uma prática que se mostrou bastante comum. Uma estimativa levantada por Hendrik Kraay encontrou 126 escravos recrutados à força, em contra partida, o quantitativo de alistados voluntariamente e fugitivos disfarçados chegava a 151. (KRAAY, p. 40. 1996)

As ocupações que estes escravos exerciam antes do recrutamento ou alistamento também são dignas de nota. Entre os 276 estudados por Kraay, casos que se tem notícia, é possível identificar pelo menos 15 diferentes ofícios. São eles: alfaiate, sapateiro, pedreiro, carpinteiro, marceneiro, pintor, charuteiro, cacheiro, padeiro, barbeiro, lacaio (pajem), marinheiro, cozinheiro, empregado doméstico e agricultor.¹³

Vale lembrar que estes dados têm por base apenas os escravos que puderam ser identificados e reivindicados pelos proprietários. Sem dúvida o número daqueles que tiveram êxito em ocultar sua condição é bastante maior, fato que para nós confirma o interesse dos escravos e ex escravos em manter a condição de militar em detrimento do retorno ao cativeiro. Curioso é que a pesquisa tenha registrado 17 casos, menos de 10% do total, onde os novos recrutas teriam acusado espontaneamente sua condição de escravo para livrar-se do serviço militar, sendo em um dos casos uma alegação falsa! Um livre teria se declarado escravo para que fosse expulso do exército. Supõe-se que as condições do serviço à época não fossem das mais atrativas. (KRAAY, p. 49. 1996)

Uma terceira forma do escravo ingressar ao exército foi o recrutamento no qual os recrutadores tinham consciência de que os recrutados eram escravos. Isto ocorreu em momentos nos quais era necessário para o exército aumentar o quantitativo de homens nas fileiras. Esta prática, que foi comum em várias guerras de independência de colônias escravistas nas américas¹⁴, se repetiu no Brasil.

Os exemplos mais claros deste tipo de recrutamento para nós são: A guerra pela independência brasileira na Bahia entre 1822-1823¹⁵; A Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, em 1848¹⁶; A Guerra do Paraguai, entre 1864-1870¹⁷.

As formas com que se dava esse recrutamento e as recompensas oferecidas, tanto aos proprietários quanto aos escravos, variavam. No caso da guerra de independência na Bahia, o general Labatut confiscou escravos para o exército cujos senhores haviam se colocado no lado português. (KRAAY, p.110, 2002)

O maior problema da utilização deste método foi, após o fim do conflito, regularizar a situação dos ex escravos, agora combatentes. Enquanto os proprietários reclamavam

indenizações, os escravos-soldados esperavam obter liberdade, mesmo sem que tenha havido qualquer promessa formalizada neste sentido. Além deste, outro inconveniente para os proprietários era a perda de autoridade sobre os escravos. A ausência de uma delimitação clara entre a condição de escravo e de soldado e a remota possibilidade de conseguir se libertar eram suficientes para que os escravos procurassem o serviço militar.

No caso da guerra farroupilha, o próprio Império estabeleceu que os escravos que tivessem prestado serviço militar receberiam a liberdade mediante indenização aos seus antigos proprietários. (KARASCH, 2000, p. 128)

No caso da Guerra do Paraguai, no qual o contingente escravos recrutados foi maior, as consequências também foram sentidas de maneira mais acentuadas. Pesquisas sobre o conflito chegam a afirmar que a massa de soldados brasileiros baseava-se fundamentalmente em negros escravos. Inclusive, que o envio de cativos à batalha era uma das estratégias dos burgueses que faziam parte dos voluntários da pátria, que livravam-se eles próprios do alistamento. (CHIAVENATTO, 1979, p. 117-118)

Em todos os casos, independente da forma de ingresso e das garantias que tinham as partes envolvidas, a participação de escravos e ex escravos no exército comprova que esta era uma das ocupações possíveis na época. Assim como foi para Luiz Gama.

4. Conclusão

Algumas conclusões podem ser tiradas a partir da análise deste documento. A primeira delas é quanto a variedade das ocupações dos escravos urbanos. O documento evidencia uma profusão de ocupações as quais o escravo podia se dedicar, o que suscita uma mobilidade maior do que comumente se supõe. Apesar de não haver consenso na historiografia sobre o tema, consideramos que os exemplos citados no trabalho dão uma ideia de que o escravo enquanto tipo social não pode ser visto de forma genérica.

Uma segunda conclusão mostrada pela análise do documento é que a experiência de Luiz Gama como escravo, mesmo repleta de particularidades que não se aplicam a maioria dos demais escravos de seu tempo, pode ser utilizada como uma lente para o estudo da escravidão urbana. O exercício de buscar outros exemplos que se encaixassem na descrição feita por Gama em seu relato permitiu conhecer uma variedade considerável de sujeitos que de alguma forma estiveram inseridos na mesma realidade vivenciada por ele.

**Slaves occupation during the first half of the 19th century:
A survey of the autobiography of Luiz Gama**

Mauro Lourenço Rodrigues da Silva

Abstract: This article narrates the invasions exercised by urban slaves in Brazil during the first half of the 19th century. It has as a base source an autobiographical letter written by Luiz Gama (1830-1882), slave, lawyer, orator, journalist, scribe, soldier, poet and abolitionist. It aims to examine some occupations carried out by slaves and former slaves in Brazil during the first half of the 19th century. The methodology adopted was a documentary analysis proposed by professor Francisco José Alves in the workshop of historical sources (2016). In the scientific approach was used the concept of autobiography formulated by the linguist Paulo Roberto Costa (2009). The contribution made showed the plurality of occupations exercised by urban slaves at the time, such as, the pageboy, cupbearer, cook, shoemaker and soldier. The result obtained leads us to conclude that Luiz Gama's trajectory was not at all exceptional, the abolitionist exercised functions common to other people of his social status at that time.

Keywords: Luiz Gama; slaves occupation; urban slavery.

NOTAS

-
- 1 POMPEIA, Raul. **Gazeta de Notícias**. Última página da vida de um grande homem. 10 de Setembro, 1882.
 - 2 WEISZFLOG, Walter. **Michaelis**: Moderno Dicionário de Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998.
 - 3 **Diário de Pernambuco**, Recife, 02 de setembro de 1840. p.4.
 - 4 **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 16 de maio de 1843. p.4.
 - 5 **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 01 de maio de 1845. p.4.
 - 6 **Correio Mercantil**, Salvador, 12 de maio de 1838. p.3.
 - 7 **Correio Mercantil**, Salvador, 17 de agosto de 1838. p.4.
 - 8 **Correio Mercantil**, Salvador, 11 de Junho de 1838. p.3.
 - 9 **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 18 de Agosto de 1840. p.4.
 - 10 **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 1840. p.3.
 - 11 **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 1840. p.4.
 - 12 **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1837. p.4.
 - 13 KRAAY, Hendrik . Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos: o 'recrutamento' de escravos na guerra da Independência na Bahia. **Revista Brasileira de História**, v. 22, p. 109-126, 2002.
 - 14 KRAAY, Hendrik. O abrigo da farda. **Afro-Ásia**, Salvador, n.17, p.29-56, 1996.
 - 15 KRAAY, Hendrik . Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos: o 'recrutamento' de escravos na guerra da Independência na Bahia. **Revista Brasileira de História**, v. 22, p. 109-126, 2002.
 - 16 KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro**: (1880 – 1850). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
 - 17 KRAAY, Hendrik. O abrigo da farda. **Afro-Ásia**, Salvador, n.17, p.29-56, 1996.

5. Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente**: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822. Petrópolis: Vozes, 1988.

AUTOBIOGRAFIA de Luiz Gama. **CEBRAP**, São Paulo, n.25, p. 136-141, out. 1989.
MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser Escravo no Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. Ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1891.

CHIAVENNATO, Júlio José. **Genocídio Americano**: A guerra do Paraguai. São Paulo: Brasiliense, 1979.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia a República**: momentos decisivos. São Paulo: L. E. C. H., 1979.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Fundação Para Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERREIRA, Ligia Fonseca. Luiz Gama por Luiz Gama: carta a Lúcio de Mendonça. **Teresa**, São Paulo, n. 8-9, p. 300-321, dec. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/116741/114299>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

FERREIRA, Ligia Fonseca. Luiz Gama: um abolicionista leitor de Renan. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 60, mai./ago. 2007.

FREITAS, Décio. **Insurreições escravas**. Porto Alegre: Movimento, 1976.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. São Paulo: Global, 2003.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1991.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro: (1880 – 1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KRAAY, Hendrik. O abrigo da farda. **Afro-Ásia**, Salvador, n.17, p.29-56, 1996.

KRAAY, Hendrik . Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos: o 'recrutamento' de escravos na guerra da Independência na Bahia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, p. 109-126, 2002.

MENNUCCI, Sud. **O precursor do Abolicionismo no Brasil (Luiz Gama)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

MORAIS, Evaristo de. **A campanha abolicionista (1779-1888)**. Rio de Janeiro: Editora Leite Ribeiro, 1924.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Dois negros libertários**: Luiz Gama e Abdias do Nascimento. Rio de Janeiro: IPEAFRO, 1985.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portuguesa**. 8. Ed. Rio de Janeiro: EmprezaLitteraria Fluminense, 1880.

SILVA, Denise Moraes Gouveia da. Compram-se soldados! Os libertos da província da Bahia na Guerra do Paraguai. 2016. 104 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Negro da rua**: a nova face da escravidão. São Paulo: Hucitec, 1988.

WEISZFLOG, Walter. **Michaelis**: Moderno Dicionário de Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

6. Anexos

Apesar de ter sido escrita em 1880, a carta de Luiz Gama permaneceu oculta por quase 50 anos. A primeira publicação, na íntegra, de que se tem notícia foi no livro: *A campanha abolicionista*, de Evaristo de Moraes, em 1924.

Outra obra que trouxe a público a referida carta foi o livro: *O precursor do abolicionismo no Brasil*, de Sud Mennuci. A versão disponibilizada em anexo foi retirada deste livro e publicada num artigo de Roberto Schwarz, na revista CEBRAP.

Outro documento que será anexado é um artigo, de autoria de Lúcio de Mendonça, publicado no jornal Gazeta da Tarde do Rio de Janeiro, edição da quarta-feira 15 de Dezembro de 1880.

Neste artigo, Lúcio de Mendonça faz uma espécie de leitura em 3ª pessoa da carta que recebeu do amigo, Luiz Gama. O texto de Mendonça foi, até a data da publicação da carta em formato original, a maior fonte de informações sobre o proeminente abolicionista.

6.1 Carta de Luiz Gama a Lúcio de Mendonça

Nasci na cidade de S. Salvador, capital da província da Bahia, em um sobrado na rua do Bângala, por às 7 horas da manhã, e fui batizado, 8 anos depois, na igreja matriz do Sacramento, da cidade de Itaparica. Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa Mina (Nagô de nação), de nome Luísa Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa. Dava-se ao comércio - era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito. Era dotada de atividade. Em 1837, depois da Revolução do dr. Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro, e nunca mais voltou. Procurei-a em 1847, em 1856 e em 1861, na Corte, sem que a pudesse encontrar. Em 1862, soube, por uns pretos minas que conheciam-na e que deram-me sinais certos, que ela, acompanhada com malungos desordeiros, em uma "casa de dar fortuna" em 1838, fora posta em prisão; e que tanto ela como os seus companheiros desapareceram. Era opinião dos meus informantes que esses "amotinados" fossem mandados por fora pelo governo, que nesse tempo tratava rigorosamente os africanos livres, tidos como provocadores. Nada mais pude alcançar a respeito dela. Meu pai, não ousou afirmar que fosse branco, porque tais afirmativas, neste país, constituem grave perigo perante a verdade, no que concerne à melindrosa presunção das cores humanas: era fidalgo; e pertencia a uma das principais famílias da Bahia, de origem portuguesa. Devo poupar à sua infeliz memória uma injúria dolorosa, e o faço ocultando o seu nome. Ele foi rico, e nesse tempo, muito extremoso para mim: criou-me em seus braços. Foi revolucionário em 1837. Era apaixonado pela diversão da pesca e da caça; muito apreciador de bons cavalos; jogava bem as armas, e muito melhor de baralho, amava as súcias e os divertimentos: esbanjou uma boa herança, obtida de uma tia em 1836; e reduzido à pobreza extrema, a 10 de novembro de 1840, em companhia de Luís Cândido Quintela, seu amigo inseparável e hospedeiro, que vivia dos proventos de uma casa de tavolagem na cidade da Bahia, estabelecida em um sobrado de quina, ao longo da praça, vendeu-me, como seu escravo, a bordo do patacho "Saraiva". Remetido para o Rio de Janeiro, nesse mesmo navio, dias depois, que partiu carregado de escravos, fui, com muitos outros, para a casa de um cerieiro português, de nome Vieira, dono de uma loja de velas, à rua da Candelária, canto da do Sabão. Era um negociante de estatura baixa, circunspeto e enérgico, que recebia escravos da Bahia, à comissão, tinha um filho aperlado, que estudava em colégio; e creio que três filhas já crescidas, muito bondosas, muito meigas e muito compassivas, principalmente a mais velha. A senhora Vieira era uma perfeita matrona: exemplo de candura e piedade. Tinha eu 10 anos. Ela e as filhas afeiçoaram-se de mim imediatamente. Mandaram lavar-me; vestiram-me uma camisa e uma saia da filha mais nova, deram-me de cear e mandaram-me dormir com uma mulata de nome Felícia, que era mucama da casa. Sempre que me lembro desta boa senhora e de suas filhas, vêm-me as lágrimas aos olhos, porque tenho saudades do amor e dos cuidados com que me afagaram por alguns dias. Dali saí derramando copioso pranto, e também todas elas, sentidas de me verem partir. Oh! Eu tenho lances doridos em minha vida, que valem mais do que as lendas sentidas da vida amargurada dos mártires. Nesta casa, em dezembro de 1840, fui vendido ao negociante e contrabandista alferes Antônio Pereira Cardoso, o mesmo que, há 8 ou 10 anos, sendo fazendeiro no município de Lorena, nesta Província, no ato de o prenderem por ter morto alguns escravos a fome, em cárcere privado, e já com a idade maior de 60 a 70 anos, suicidou-se com um tiro de pistola, cuja bala atravessou-lhe o crânio. Este alferes Antônio Pereira Cardoso comprou-me em um lote de cento e tantos escravos; e trouxe-nos a todos, pois era este o seu negócio, para vender nesta

Província. Como já disse, tinha eu apenas 10 anos; e, a pé, fiz toda viagem de Santos até Campinas. Fui escolhido por muitos compradores, nesta cidade, em Jundiá e Campinas; e, por todos repellido, como se repelem cousas ruins, pelo simples fato de ser eu "baiano".
50 Valeu-me a pecha! O último recusante foi a venerando e simpático ancião Francisco Egídio de Souza Aranha, pai do exmo. Conde de Três Rios, meu respeitável amigo. Este, depois de haver-me escolhido, afagando-me disse: " - Hás de ser um bom pajem para os meus meninos; diz-me: onde nasceste? - Na Bahia, respondi eu. - Baiano? - exclamou admirado o excelente
55 velho. - Nem de graça o quero. Já não foi por bom que o venderam tão pequeno". Repellido como "refugo", com outro escravo da Bahia, de nome José, sapateiro, voltei para casa do Sr. Cardoso, nesta cidade, à rua do Comércio n. 2, sobrado, perto da igreja da Misericórdia. Aí aprendi a ser copeiro, sapateiro, lavar e a engomar roupa e a costurar. Em 1847, contava eu 17 anos, quando para a casa do Sr. Cardoso veio morar, como hóspede, para estudar
60 humanidades, tendo deixado a cidade de Campinas, onde morava, o menino Antônio Rodrigues do Prado Júnior, hoje doutor em direito, ex-magistrado de elevados méritos, e residente em Mogi-Guaçu, onde é fazendeiro. Fizemos amizade íntima, de irmãos diletos, e ele começou a ensinar-me as primeiras letras. Em 1848, sabendo eu ler e contar alguma coisa, e tendo obtido arditamente e secretamente provas inconcussas de minha liberdade, retirei-me, fugindo, da casa do alferes Antônio Pereira Cardoso, que aliás votava-me a maior estima,
65 e fui assentar praça. Servi até 1854, seis anos; cheguei a cabo de esquadra graduado, e tive baixa de serviço, depois de responder a conselho, por ato de suposta insubordinação, quando tinha-me limitado a ameaçar um oficial insolente, que me havia insultado e que soube conter-se. Estive, então, preso 39 dias, de 1.º de junho a 9 de agosto. Durante o meu tempo de praça, nas horas vagas, fiz-me copista; escrevia para o escritório do escrivão major Benedito
70 Antônio Coelho Neto, que tornou-se meu amigo; Em 1856, depois de haver servido como escrivão perante diversas autoridades policiais, fui nomeado amanuense da Secretaria de Polícia, onde servi até 1868, época em que "por turbulento e sedicioso" fui demitido a "bem do serviço público", pelos conservadores, que então haviam subido ao poder. A portaria de demissão foi lavrada pelo dr. Antônio Manuel dos Reis, meu particular amigo, então secretário de polícia, e assinada pelo exmo. dr. Vicente Ferreira da Silva Bueno, que, por este e outros atos semelhantes, foi nomeado desembargador da relação da Corte. A turbulência consistia em fazer parte do Partido Liberal; e, pela imprensa e pelas urnas, pugnar pela vitória de minhas e suas idéias; e promover processos em favor de pessoas livres criminosamente
75 escravizadas; e auxiliar licitamente, na medida de meus esforços, alforrias de escravos, porque detesto o cativo e todos os senhores, principalmente os Reis. Desde que fiz-me soldado, comecei a ser homem; porque até os 10 anos fui criança; dos 10 aos 18, fui soldado. Fiz versos; escrevi para muitos jornais; colaborei em outros literários e políticos. E redigi alguns. Agora chego ao período em que, meu caro Lúcio, nos encontramos no "Ipiranga" à rua do
80 Carmo, tu, como tipógrafo, poeta, tradutor e folhetinista principiante; eu, como simples aprendiz-compositor, de onde saí para o foro e para a tribuna, onde ganho o pão para mim e para os meus, que são todos os pobres, todos os infelizes; e para os míseros escravos, que, em número superior a 500, tenho arrancado às garras do crime. Eis o que te posso dizer, às pressas, sem importância e sem valor; menos para ti, que me estimas deveras.

